

HABEAS CORPUS Nº 567.847 - PE (2020/0072507-0)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : EWERTON GABRIEL CAVALCANTI DE ASSUNCAO
ADVOGADO : EWERTON GABRIEL CAVALCANTI DE ASSUNÇÃO -
PE031117
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ODAIR JOSE DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, impetrado em favor de ODAIR JOSE DA SILVA e CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**.

Depreende-se dos autos que *"Os pacientes foram condenados em sentença proferida pelo Juiz de Direito da 2º Vara da Comarca de Surubim-PE nas seguintes penas: Odair José da Silva, no artigo 157, § 2.º, inciso II, a pena de 07 anos e 03 meses, em regime inicialmente fechado, no artigo 244-B da Lei nº 8.069/1990, a pena de 02 anos, em regime inicialmente semiaberto e artigo 14 da Lei nº 10.826/03, a pena de 02 anos, em regime inicialmente semiaberto, somando as penas dos três crimes em concurso material totalizou 11 (onze) anos e 03 (três) meses de reclusão em regime inicial fechado e Carlos Eduardo de Oliveira, no artigo 157, § 2º, inciso II, a pena de 06 anos e 08 meses, em regime inicialmente fechado, no artigo 244-B da Lei nº 1.069/1990, a pena de 01 ano e 06 meses, em regime inicialmente semiaberto e artigo .4 da Lei nº 10.826/03, a pena de 02 anos, em regime inicialmente semiaberto, tornando as penas dos três crimes em concurso material totalizou 09 (nove) anos e 02 (dois) meses de reclusão em regime inicial fechado, cuja sentença está sendo objeto de recurso de apelação"* (fl. 4).

Postula o impetrante, no presente **writ**, em linhas gerais,

"Considerando todas as fundamentações apresentadas e todos os documentos anexados, demonstrando que não houve fundamentação plausível na sentença acerca da necessidade da segregação cautelar dos Pacientes, não se enquadrando os mesmo nos requisitos do artigo 312 do CPP e demais inovações trazidas pelo pacote anticrime, além do risco de vida iminente trazido pelo novo Corona Vírus, requer a concessão de LIMINAR para que os Pacientes Odair José da Silva e Carlos Eduardo de Oliveira possam aguardar o julgamento do recurso de apelação em liberdade" (fl. 18).

É o breve relatório.

Decido.

Os autos não retratam a excepcional hipótese de juízo provisório antecipado acerca do pedido, uma vez que **não suficientemente instruídos**. Dessa maneira, a **quaestio** trazida à baila na exordial do **writ** não vislumbra o pretenso quadro claro e adequado à concessão da liminar, não sendo constatado, de plano, o **fumus boni iuris** do pedido, pois **não há, sequer, cópia da r. decisão que decretou a prisão preventiva dos ora pacientes, tampouco do v. acórdão recorrido**.

Sobre o tema, deve-se asseverar que, segundo orientação firmada no âmbito desta eg. Corte, constitui ônus do impetrante instruir os autos com os documentos necessários à exata compreensão da controvérsia, sob pena de não conhecimento do **writ**.

Nesse sentido:

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PREJUDICIALIDADE DO RECURSO EM RELAÇÃO AOS RECORRENTES BENEFICIADOS COM A LIBERDADE PROVISÓRIA PELO JUÍZO DE ORIGEM. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO PARA OS RECORRENTES QUE NÃO FIGURAM COMO PACIENTES NO ACÓRDÃO DO WRIT ORIGINÁRIO. [...] INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. O recurso está prejudicado em relação aos recorrentes A. K. L. G., J. A. de M. T. e R. de A.. Conforme informações prestadas a essa Corte, na audiência de instrução e julgamento foi concedida liberdade provisória a esses recorrentes. Assim, não há como negar a perda superveniente do objeto deste recurso em relação a eles. **O recurso foi interposto por seis réus, contudo o acórdão que instrui o pedido tem como paciente unicamente C. E. de J. da C.. Deste modo, constato a deficiência de instrução quanto aos recorrentes I. B. dos S. e T. P. M. M., não havendo como conhecer do recurso deles.**

[...]

4. São inaplicáveis quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal - CPP, uma vez que as circunstâncias do delito evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas.

Recurso em habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensão, desprovido" (RHC 73.802/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 28/10/2016, grifei).

"AGRAVO REGIMENTAL. PRISÃO PREVENTIVA. CRIME DE RECEPÇÃO. TESE DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. DEFICIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. ÔNUS DO IMPETRANTE. HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. Consoante entendimento desta Corte Superior, o habeas corpus, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta à dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído (AgRg no HC n. 286.754/MG, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 3/2/2015).

2. Não tendo sido juntadas aos autos cópia da decisão do decreto prisional, folha de antecedentes criminais e documentação comprobatória das condições de favorabilidade do paciente, ora agravante, deve ser mantida a decisão que indeferiu o writ liminarmente.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 353.292/TO, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe 18/05/2016, grifei).

Superior Tribunal de Justiça

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC** n. 412.703/GO, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**; **HC** n. 412.088/MG, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**; **HC** n. 411.306/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**; **HC** nº 412.341/TO, **Sexta Turma**, Rel.^a. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**; **HC** n. 412.092/SP, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**.

Ante o exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator